

## **Educomunicação e equidade no Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero**

Paola Diniz Prandini

*“(...) a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade”.*

*Bell Hooks, 1995, p. 466*

Com base nos projetos escolhidos como vencedores do Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero, criado e entregue pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, este artigo pretende traçar um panorama acerca daqueles que tiveram concepções educacionais para aplicação dos referenciais das leis federais 10.639/03<sup>1</sup> e 11.645/08<sup>2</sup>, bem como para promoção à equidade de gênero<sup>3</sup> no Brasil.

- 
- 1 A Lei Federal 10.639/03 determina a inclusão de conteúdos acerca das culturas e das histórias africanas e afrobrasileiras nas escolas deste país, desde 2003.
  - 2 Além das já incluídas contribuições africanas e afrobrasileiras nos currículos das escolas brasileiras, a Lei Federal 11.645/08, outorgou a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre a cultura e a história indígena, desde o ano de 2008.
  - 3 Apesar dos crescentes recrudescimentos e retrocessos históricos na legislação brasileira que discorre sobre práticas e ações em prol da equidade de gênero na educação brasileira, é salutar o fato de que o CEERT mantém este foco em seu edital, independentemente de tais posicionamentos oficiais.

O prêmio surgiu para atender uma expectativa de mapeamento das práticas escolares voltadas para o tratamento da temática étnico-racial. Sua primeira edição ocorreu com o objetivo de identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, mais especificamente, de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial no país.

Ao longo dos últimos catorze anos e de sete edições, o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero compilou um acervo de cerca de 3 mil práticas escolares. Desse acervo, constam ações desenvolvidas nas cinco regiões administrativas do país e em cada um dos 27 estados da federação.

O projeto também obteve o reconhecimento conferido pelo Ministério da Educação (MEC) como uma das principais ações de promoção da igualdade étnico-racial na educação, realizada por uma instituição da sociedade civil no Brasil, visto que o CEERT é uma Organização Não-Governamental que existe desde 1990, com sede em São Paulo/SP.

Além disso, no ano de 2017 (última edição do prêmio até a finalização da redação deste artigo), o CEERT resolveu dar um passo importante para auxiliar na visibilidade da educação escolar quilombola ao incorporá-la na 7ª edição da premiação. O intuito foi o de fortalecer e difundir junto às escolas e seus/suas profissionais, as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola que visam assegurar uma educação de e com qualidade para a população quilombola de todo país.

A intenção, neste artigo, é a de apresentar a análise realizada por esta pesquisadora a partir de um percurso realizado por todos os projetos disponibilizados na plataforma online sobre o Prêmio, presente no site do CEERT<sup>4</sup>, a fim de situar as práticas premiadas que puderam apresentar, de maneira razoavelmente explícita, o uso dos preceitos educacionais em sua condução nos ambientes escolares em que foram realizadas.

---

4 O site indicado pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <<http://www.ceert.org.br/premio-educar>>.

Ressalta-se que compreendo tais preceitos como, principalmente, aqueles ligados à valorização da autonomia e da liberdade de expressão, a partir do protagonismo de crianças, adolescentes e/ou jovens, com a possível utilização – não condicional – dos meios de comunicação.

Para tanto, escolhi discorrer sobre três das práticas pedagógicas premiadas, a fim de estabelecer um estudo de caso preliminar – visto as limitações comuns à redação de um breve artigo como este – que pudesse contribuir para compreender o potencial da educomunicação e de seus valores e visão de mundo para o enfrentamento ao racismo e à desigualdade de gênero no Brasil, por meio de iniciativas presentes em instituições públicas da educação formal brasileira.

Assim sendo, irei apresentar, ao longo deste texto, um breve histórico e mais alguns detalhes sobre a existência e a importância do referido prêmio, bem como apontarei a presença do paradigma educacional no estudo de caso por mim elaborado e ainda trarei à tona discursos das/os educadoras/es que tiveram suas práticas premiadas, de modo a estabelecer um diálogo frutífero em torno dos conceitos e dos temas presentes neste texto.

As práticas selecionadas para este estudo de caso foram as seguintes:

1. “Projeto de fortalecimento da identidade cultural local”, representado pelo professor Francisco Cruz do Nascimento, que atua no Colégio Estadual Casa Jovem, localizado no município de Igrapiúna, no estado da Bahia (vencedor na categoria Escola);
2. “Azizi Aba Yomi – Um príncipe africano”, representado pela professora Cibele Araújo Racy Maria, que dirige a Escola Municipal de Educação Infantil Guia Lopes (atual EMEI Nelson Mandela), situada em São Paulo/SP (vencedor na categoria Escola);
3. “Histórias e memórias... A trajetória do povo negro em Venda Nova do Imigrante”, representado pela professora Celina Januário Moreira, que trabalha na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fioravante Caliman, que fica na cidade de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo (vencedor na categoria Professor).

Vale afirmar que estas iniciativas são apenas alguns exemplos de boas práticas premiadas pelo CEERT que apresentam a tônica da educomunicação em seus

processos de condução e, por isso, aqui serão apresentadas. No entanto, muitas outras iniciativas poderiam também ser analisadas, inclusive com o mesmo teor de análise, visto a gama de possibilidades que o prêmio nos traz, ao longo de 14 anos de existência.

## **Histórico e detalhes sobre o Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero**

Desde 2002, ano de sua primeira edição, o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero é conhecido e bastante valorizado pela comunidade de educadoras e de educadores brasileiras e brasileiros, pertencentes às cinco regiões do país.

De acordo com o site da premiação, disponível na internet, esses/as educadores/as são motivados/as, “principalmente, pela oportunidade de tomar contato e apresentar para um público amplo de educadores/as e especialistas, as metodologias e os resultados de práticas escolares pedagógicas e de gestão que desenvolvem”.

Até a terceira edição (2006), a premiação contemplava apenas professores/as, e, a partir da quarta, passou também a contemplar a gestão das escolas. Segundo texto disponível no site do CEERT, educadoras/es premiadas/os relatam terem tido ganhos profissionais e comunitários, após a conquista alcançada, tais como: “maior visibilidade de suas ações; exposição positiva da escola em meios de comunicação e junto às próprias secretarias de educação; melhoria do desempenho escolar; redução da evasão e ausências de estudantes e de profissionais das escolas; maior respeito nas relações interpessoais; e melhor relação da escola com mães e pais”.

O Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero é subdividido em duas categorias, sendo elas: Professor e Escola. Em cada uma, são concedidos prêmios para a educação infantil, o ensino fundamental I, o ensino fundamental II e o ensino médio.

O prêmio é realizado bianualmente e podem se inscrever somente práticas desenvolvidas até dois anos antes do ano de abertura do edital, sendo proibido concorrer práticas iniciadas no ano de abertura. As práticas são inscritas por

meio de uma ficha de inscrição que é inicialmente avaliada a fim de identificar se as exigências do edital foram devidamente cumpridas.

Na sequência, as práticas são encaminhadas a pareceristas com reconhecida experiência nas áreas de educação e de relações étnico-raciais, que ficam com a responsabilidade de definir quais são as práticas finalistas. Desta análise é estabelecido um ranking das melhores práticas avaliadas, sendo solicitado o envio de materiais complementares (fotografias, vídeos, produção dos alunos, diários, questionários, atas, etc.), que passam a ser examinados pelos membros do júri final, que indica as práticas premiadas.

Concluído o processo seletivo, é realizado um evento destinado às pessoas e às escolas premiadas para anúncio público das práticas pedagógicas selecionadas pelo júri e, após a premiação, ainda são realizados o acompanhamento das respectivas escolas, a sistematização e a publicização das boas práticas pedagógicas e de gestão escolar.

O acervo do Educar para Igualdade Racial e de Gênero apresenta práticas pedagógicas que abordam temas como África, povos africanos e população afro-brasileira, povos e nações indígenas, bem como populações ciganas, japonesas, quilombolas e migrantes.

Dessas experiências, 203 foram consideradas “cases”, ou seja, boas práticas de promoção da igualdade racial em ambiente escolar. Nesse sentido, algumas publicações e produções audiovisuais e de eventos foram criadas, ao longo da trajetória da iniciativa, conforme pode-se conferir a seguir:

- 9 publicações ilustradas (catálogos, livros, revistas), que atingiram, segundo o CEERT, aproximadamente 52 mil educadores/as do país.
- 20 seminários regionais, realizados com professores e gestores, envolvendo diretamente 7.500 educadores, bem como acadêmicos e integrantes de movimento sociais;
- 12 vídeos de 15 minutos cada, com experiências de todas as regiões do país, no bloco Professor Nota 10, do projeto *A Cor da Cultura*, realizado pelo Canal Futura;
- 2 séries do programa *Salto para o Futuro*, da TVE do Rio de Janeiro;

- 40 mil DVDs, referentes à educação, com os seguintes temas: Experiências de Aprendizagem; Gestão e Famílias; Organização dos Espaços e Materiais; O Professor em Ação.

### **Estudo de caso: princípios educomunicativos nas práticas premiadas**

Partindo do pressuposto de que a educomunicação é um paradigma, com raízes e valores ligados aos movimentos sociais latinoamericanos, que – desde a década de 1970 – tem suas bases refletidas em práticas promotoras de valorização do protagonismo infanto-juvenil, bem como de problematização acerca do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em prol da transformação social, este estudo de caso irá se valer dos seguintes princípios educomunicativos como enfoque analítico:

Educomunicação é o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e de rádio educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros de coordenação de educação à distância e outros (SOARES, 2002, p. 20).

Em um ambiente que valoriza a gestão comunicativa, a palavra é democrática, não pertence a um grupo específico, e sim a todos. Portanto, é fundamental que seja compartilhada, e que exista interação entre todos os envolvidos. Para exemplificar esses ecossistemas, pode-se citar desde a família, a escola e até mesmo emissoras de TV ou de rádio. As relações podem ser estabelecidas ao mesmo tempo, ou seja, as trocas podem ocorrer entre diversos ecossistemas comunicativos.

Uma atmosfera em que a gestão comunicativa seja real e verdadeira influencia a criação de um ambiente escolar que valoriza a igualdade de oportunidades e que tenha o respeito pelo outro como pilar fundamental para a vida em sociedade.

Tais constatações nos permitem antever que a inclusão do conceito e da prática da educomunicação<sup>5</sup> pode transformar a educação para os direitos humanos, num percurso relevante que contará com a anuência e o entusiasmo dos próprios jovens, transformando-os em aliados deste esforço coletivo (SOARES, 2018, p. 92).

Amparada nos recentes escritos de Soares (2018), publicados em meu último livro, intitulado *A cor na voz: Identidade Étnico-Racial, Educomunicação e Histórias de Vida*, posso afirmar que as possibilidades trazidas, para o campo da educação formal, no que diz respeito aos valores e princípios educacionais, estão diretamente relacionadas à uma chamada “aprendizagem comunicativa” (Soares, 2018) que se fundamenta em processos coletivos, dialógicos e relacionados ao cotidiano de quem ensina e de quem aprende.

Tais aprendizados estão intimamente ligados à visão de mundo e à cultura, bem como aos processos históricos - herdados e em constante construção - por quem compõe essa relação *educador(a)-educando(a)* (grifo meu), daí a relevância da leitura crítica de conteúdos midiáticos e de mensagens do dia-a-dia em sociedade, que precisam ser decodificadas e problematizadas em um ambiente escolar que busca a equidade étnico-racial e de gênero.

No caso, o que está em jogo, independentemente da idade dos sujeitos, é um elevado coeficiente de consciência cidadã, traduzido no empenho subjetivo de cada um em transformar os interesses coletivos em prioridade frente aos interesses privados, ponto de partida para qualquer mobilização social em torno dos direitos humanos (SOARES, 2018, p. 92).

Intitulada “Projeto de fortalecimento da identidade cultural local”, a iniciativa do Colégio Estadual Casa Jovem, localizado no município de Igrapiúna, no estado da Bahia, foi uma das premiadas na sexta edição do Prêmio Educar.

---

5 Para saber mais sobre o termo, ver Ismar de Oliveira Soares, *Educomunicação, o conceito, a prática, o profissional* (Paulinas, 2011).

A tônica deste projeto foi a da coletividade, conforme explica o educador Francisco Cruz do Nascimento, em um vídeo disponibilizado no canal do CEERT, na plataforma YouTube<sup>6</sup>:

Esse projeto foi idealizado a partir das pesquisas que realizamos e em que identificamos que a comunidade era muito explorada pelos donos das terras e também tinha uma baixa autoestima. As crianças e jovens que frequentavam a nossa escola tinham muita dificuldade de comunicação, e, a partir daí, nós pensamos coletivamente em criar um projeto que pudesse melhorar a comunicação, desenvolver e elevar a autoestima e fortalecer a identidade cultural local.

Nesse caso, também foi estabelecida parceria com a comunidade quilombola da Laranjeira, tendo o seu líder – o senhor Martinho Conceição – sido eleito como griô da escola em questão, com a responsabilidade de realizar rodas de conversa, palestras e saraus junto à comunidade escolar.

As experiências culturais diaspóricas, no entanto, revelam a capacidade de transgressão e transformação de comunidades formadas no reencontro de diferentes tradições afro, a partir da valorização das origens africanas, por mais ficcional que seja a África que se projeta (NUNES e MOURA, 2016, p. 205).

Francisco Cruz do Nascimento também relata que houve mudanças no perfil da escola, como o melhor desempenho de estudantes, a elevação do IDEB da instituição de 2.9 para 3.2, além de uma percepção – por parte do corpo docente – de que os(as) estudantes se tornaram mais fortalecidos(as) e protagonistas de suas próprias histórias.

Essa percepção é essencial para identificarmos o potencial educ comunicativo desta prática. Afinal, a aprendizagem educ comunicativa também se dá a partir do reconhecimento da “dialogicidade como paradigma essencial, mobilizando

---

6 A íntegra do vídeo pode ser assistida por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=OHP91bpYISA>

o sujeito a examinar seu processo de engajamento social, num trabalho de reflexão permanente” (Soares, 2018, p. 96). Dessa forma, o indivíduo passa a ter consciência da importância de sua atuação para a transformação da realidade à sua volta, bem como passa a valorizar os percursos históricos e comunitários que colaboraram para que tivesse chegado até aquele ponto.

Também no Colégio Estadual Casa Jovem foi criado o primeiro Conselho Comunitário do Campo, em que se estabeleceu uma relação mais estreita com a comunidade do entorno da escola e que passou a contar com a ativa participação dos(as) responsáveis pelos(as) estudantes no acompanhamento do desempenho das crianças e dos adolescentes dentro e fora da unidade escolar, numa atuação conjunta com a comunidade.

Estamos diante de uma novidade e de uma oportunidade. Podemos enriquecer-nos com essas presenças. Podemos complexificar a nossa história, quebrar uma estética eurocêntrica, podemos ir ao encontro do Outro, e dialogar com ele. (...) Os fluxos diaspóricos podem transformar realidades locais, tensionar visões de mundo, alargar o entendimento sobre a História, e enriquecer a vivência cotidiana (ZANFORLIN, 2016, p. 200).

O Brasil, enquanto nação afrodiaspórica, tem muito o que problematizar em torno de uma possível – mas não simples – descolonização curricular, a fim de que possamos, de fato, minizar a hipervalorização eurocêntrica dos conhecimentos e repertórios escolarizados. No entanto, para isso, é urgente a descolonização das mentes, dos pensamentos e das cosmovisões nacionais.

Nesse sentido, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fioravante Caliman, que fica em Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, contou com a condução da educadora Celina Januário Moreira, premiada pelo CEERT, por ter desenvolvido o projeto “Histórias e memórias... A trajetória do povo negro em Venda Nova do Imigrante”.

O projeto nasceu, em 2009, a partir do desejo de Celina Januário em resgatar a história da comunidade de Venda Nova do Imigrante (ES), onde nasceu e atua como educadora. Essa história começou com a emancipação da cidade em

1988 e, à época, as famílias negras não estavam inclusas no termo “Imigrante”, que havia sido adicionado ao nome do município.

Para conhecer e resgatar essa história, os(as) estudantes percorreram as residências das famílias negras da comunidade do entorno da escola e, ao chegar nas casas, explicavam sobre o projeto e também sobre a importância do dia 20 de novembro. A partir daí, as visitas passaram a ser frequentes e os(as) alunos(as) passaram a fazer anotações e elaboraram um questionário que foi respondido pela comunidade.

Além disso, foi realizada a primeira Semana Cultural Negra de Venda Nova do Imigrante, que foi o passo inicial para o desenvolvimento de todo um trabalho, que contou, por exemplo, com uma exposição com os dados de chegada e características das famílias negras da comunidade.

No ano seguinte, os(as) estudantes escreveram as histórias das famílias negras da cidade, com base nas narrativas das próprias pessoas, bem como a partir do compartilhamento de documentos oficiais, de fotografias e de outros materiais que haviam sido disponibilizados aos alunos e às alunas do projeto.

A aprendizagem educacional como práxis social é por natureza transdisciplinar, permitindo a efetivação de uma educação para os direitos humanos sempre aberta a novas descobertas, num processo de aprofundamento contínuo (SOARES, 2018, p. 96).

Como afirma Soares (2018), compreender esta iniciativa como uma possibilidade de aprendizagem educacional por meio da práxis social transdisciplinar, é bastante coerente, já que a educadora premiada relata o percurso dos(as) próprios(as) estudantes no aprofundamento de suas descobertas em relação às famílias negras do município onde vivem, em um processo autônomo, protagonista e libertário (Freire, 1996), no sentido de que tais jovens percorreram a comunidade e dialogaram com os(as) integrantes da mesma, a fim de também conhecerem mais de si mesmos(as).

A comunidade passou a compreender melhor e identificar questões relacionadas ao racismo, ao preconceito que essas famílias viveram, houve uma melhoria da autoestima dos alunos que partici-

param do projeto e houve um movimento corajoso dos professores que passaram a falar sobre África, passaram a ler e a dialogar sobre esses temas em suas aulas<sup>7</sup>.

É importante ressaltar que a educadora Celina Januário Moreira integra um determinado padrão no que diz respeito a quem atua em projetos premiados pelo CEERT. Há, ao longo da história do Prêmio Educar, uma significativa representatividade de professoras negras, que conduzem metodologias que educam para e nas relações étnico-raciais. Entendo que este é também um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Inclusive, tal configuração aponta para uma importante descolonização de processos históricos conduzidos no Brasil, que passaram a privilegiar a existência de educadoras brancas e de classe média, tendo acesso a melhores condições de qualificação e de remuneração. Para Dávila (2003), as políticas de formação de professores do início do século XX promoveram o embranquecimento dos professores. Essa constatação se deve à comparação de fotografias tiradas em 1911, que indicam forte presença de professores/as negros/as, com outras tiradas em 1930-1940, em que se observa diminuição significativa do número de professores/as negros/as.

Apesar de não ser representado por apenas educadoras negras, o projeto “Azizi Aba Yomi – Um príncipe africano”, da Escola Municipal de Educação Infantil Guia Lopes (atual EMEI Nelson Mandela), situada em São Paulo/SP, também foi premiado na sexta edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero. A relevância desta iniciativa está, dentre outros fatores, relacionada à participação também ativa da comunidade – processo caro à educomunicação, como

---

7 Este trecho do depoimento da educadora Celina Januário Moreira pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=CmZw4KmhbTk>

podermos perceber. De acordo com Cibele Racy<sup>8</sup>, diretora da EMEI: “O envolvimento da comunidade é fundamental. Se você não envolver os pais no projeto, dificilmente ele dará certo. Então fomos promovendo eventos – como a “Caça ao Kiriku”, a “Festa Afrobrasileira”, para obter a aprovação literal de toda a comunidade. Foi aí que o muro da nossa escola recebeu uma pixação que dizia: ‘Vamos cuidar das nossas crianças brancas’. Isso não só mobilizou a escola, como a comunidade inteira e, para apagar essa marca da intolerância, organizamos uma pintura artística com o apoio de diversos parceiros”, relata.

Para tratar das relações étnico-raciais nessa escola, foram criadas figuras de afeto, que funcionam como catalisadoras de todos os conhecimentos e sensações infantis. Para isso, foi apresentada às crianças um boneco, chamado Azizi Aba Yomi, que tinha vindo do continente africano para o Brasil, com uma bagagem em que trazia diversas lembranças. Daí os(as) estudantes foram convidados(as) a criar a história de vida desse personagem, estabelecendo as mais diferentes características de sua identidade – inclusive para além do pertencimento étnico-racial. E são essas contribuições que motivam os projetos pedagógicos realizados na instituição.

Também foi organizada uma passeata em celebração ao Dia da Consciência Negra, no ano de 2012, e um dos cartazes levantados por uma das crianças tinha os seguintes dizeres: ‘Por uma infância sem racismo’ e esse se tornou o lema da escola, conforme relata a diretora da unidade, Cibele Racy, uma mulher branca<sup>9</sup> que se compreende enquanto ativista antirracista, no campo da educação pública infantil paulistana.

---

8 Depoimento retirado de vídeo compartilhado pelo CEERT, em seu canal do YouTube, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=jygsysOc-2k>

9 De acordo com levantamento realizado pelo CEERT, houve um baixo índice de professores/as da raça/cor branca trabalhando a Lei de Diretrizes e Bases, alterada pela lei federal 10.639/2003. Os números de São Paulo, por exemplo, foram menores do que a média nacional, que apontou que apenas 23% das práticas na categoria Professor foram protagonizadas por pessoas brancas, o que, segundo a organização, reflete uma resistência aos assuntos raciais na cidade.

O protagonismo de projetos, realizados por educadoras (principalmente mulheres), premiados pelo CEERT revela a importância de as relações étnico-racial e de gênero serem colocadas em diálogo desde a primeira infância, tendo tanto as crianças quanto seus responsáveis como interlocutoras essenciais para o estabelecimento de uma educação para a equidade. Por isso, defendo a presença e a articulação com os pressupostos educacionais em tais processos, já que, infelizmente, ainda nos deparamos com ambientes escolares que não se apresentam às suas comunidades enquanto lugares contra-hegemônicos, em que a construção do conhecimento seja coletiva, colaborativa e horizontalizada, conforme nós, profissionais educadoras – atuantes na prática e na pesquisa do campo – compreendemos.

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem - uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (SCOTT, 1995, p. 86).

Assim como ilustra a pesquisadora feminista norte-americana, Joan Scott, é necessário que as práticas pedagógicas possibilitem momentos de trocas, de construções e reconstruções dos saberes, de interpretação e reinterpretação das realidades que compõem as comunidades escolares, para que, de fato, estabeleça-se ambientes que se valham da lógica educacional em prol da valorização das diferenças e não de um discurso histórico – e anacrônico – de igualdade entre as pessoas.

É um equívoco falar em “diferença ou diversidade no ambiente escolar” como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade. Portanto, não se trata de

“saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. (...) não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural (BENTO, 2011, p. 556).

Por esse motivo, não defendo o discurso da diversidade ou da igualdade, neste texto ou em qualquer outra produção acadêmica – mesmo tendo este último termo sido apresentado no título do Prêmio Educar. Essa escolha se deve à uma necessária crítica em relação ao apaziguamento e à negação da diferença que palavras como essas trazem, historicamente, no imaginário brasileiro.

Enquanto nação, o povo brasileiro ainda reproduz o chamado “mito da democracia racial” (Freyre, 1951) e é urgente a desconstrução desta lógica que somente favorece aquelas pessoas que sempre tiveram acesso a privilégios raciais, ou seja, a população branca. Nesse sentido, as práticas aqui apresentadas são inspiradoras tanto na desconstrução dessa branquitude como na valorização dos saberes afrocentrados em diferentes comunidades escolares do país e, como busquei apresentar, a educomunicação pôde contribuir com essas conquistas, mesmo que não tendo sido apresentada de forma explícita nos discursos e narrativas de suas educadoras e educadores.

## Referências

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, mai/ago, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **A Educação básica e o estudo do Prêmio Educar para a igualdade racial: perspectivas e desafios da cidade de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2014. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/publicacoes/educacao/25/a-educacao-basica-e-o-estudo-do-premio-educar-para-a-igualdade-racial-perspectivas-e-desafios-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 18 ago. 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Práticas em educação infantil na cidade de São Paulo: prêmio educar para a igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2014. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/publicacoes/educacao/26/praticas-em-educacao-infantil-na-cidade-de-sao-paulo-premio-educar-para-a-igualdade-racial>. Acesso em: 18 ago. 2018.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 3º vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. In: Estudos Feministas. Ano 3, n. 2, 1995.

NUNES, Juliana César e MOURA, Dione Oliveira. **Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos**. In: Revista MATRIZES, vol. 10; n. 3; set/dez, 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação para os Direitos Humanos**. In: PRANDINI, Paola. A cor na voz: Identidade Étnico-Racial, Educomunicação e Histórias de Vida. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: o conceito, a prática, o profissional**. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). Comunicação & Educação. São Paulo: ECA/USP/Salesiana, nº 23, jan/abr, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, Vol. 20, n. 2, jul/dez, 1995.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. **Da diáspora às etnopaisagens: diversidade e pertencimento nas migrações transnacionais.** In: Revista MATRIZES, vol. 10; n. 3; set/dez, 2016.

### **Sobre a Autora:**

**Paola Diniz Prandini** é doutoranda e mestra em Ciências da Comunicação, com especialização em Gestão da Comunicação, pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e Jornalista pela Faculdade Cásper Líbero. Co-fundadora do negócio social AfroeducAÇÃO, sócia-fundadora, integrante do Conselho Científico Deliberativo e coordenadora do Grupo de Estudos em Educomunicação e Relações Étnico-Raciais da ABPEducom. Autora dos livros “Cruz e Sousa” (Selo Negro Edições), “Carolinas”, em parceria com o fotógrafo Diego Balbino (AfroeducAÇÃO), “A cor a voz: Identidade Étnico-Racial, Educomunicação e Histórias de Vida” (Letramento), além de co-tradutora do livro “Batidas, rimas e vida escolar: Pedagogia Hip-Hop e as Políticas de Identidade (Editora Vozes). Email: paprandini@gmail.com.